



ANO 16 Nº 7  
Julho de 2007

# Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento e Gestão  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

## Alguns efeitos da apreciação do real

O efeito mais destacado da atual apreciação do real tem sido a perda de rentabilidade das exportações, aliada ao incentivo para o aumento das importações. Entretanto nem todos os exportadores sofrem igualmente esses efeitos.

Para muitas empresas, a queda do dólar não tem sido um fator impeditivo para o aumento das exportações, visto que seus produtos utilizam muitos componentes importados, o que reduz os custos de produção. Tal é o caso de empresas produtoras de aparelhos celulares, de informática e de comunicação, de instrumentos médicos e óticos e de produtos químicos. Já outras têm amenizado o impacto negativo substituindo fornecedores nacionais por estrangeiros. Essa substituição de produção local por importados causa impacto negativo no nível de emprego e na produção de insumos e matérias-primas produzidos internamente, além de poder romper cadeias produtivas através do fechamento de unidades domésticas de fornecedores. E, se, em algum momento, essa apreciação cambial for revertida, os setores que ora estão importando vão querer voltar a se abastecer internamente, mas as fábricas, antes aqui instaladas, terão fechado.

Entretanto as empresas exportadoras com uso mais intensivo em mão-de-obra e/ou que utilizam insumos e matérias-primas nacionais que não foram substituídos por importados são mais afetadas negativamente pela valorização cambial, por terem seus custos em real e suas receitas em dólar. Se os custos, quando convertidos para dólares, se elevam, as receitas trocadas por reais caem. Nesse grupo, podem ser incluídos os produtores de couro e calçados, de madeira, especialmente os de móveis, de alimentos e bebidas, de papel e celulose e de têxteis e vestuário. Algumas dessas empresas já fecharam ou vão fechar, enquanto outras têm optado por se instalar, parcial ou totalmente, fora do País, o que também afeta o nível de emprego e o PIB. A retirada de muitas empresas do mercado externo, a quebra de outras tantas, o deslocamento de firmas brasileiras para o exterior, o redirecionamento de novos projetos para outros países (no caso de empresas transnacionais), tudo isso tem acarretado um aumento da concentração das exportações em um número menor de empresas, outra consequência não desejável, já que um número menor de empresas aumenta a vulnerabilidade, devido à maior dependência do País a um número pequeno de grandes empresas.

Porém a valorização do real não acarreta apenas prejuízos, podendo trazer ganhos para alguns segmentos. Beneficia diretamente os consumidores, via redução nos preços dos bens de consumo importados (especialmente eletroeletrônicos e de informática), correspondendo a um aumento na renda. A que-

da do dólar pode também favorecer a importação de máquinas e equipamentos, permitindo a modernização do parque produtivo nacional.

Mas, sem dúvida, o grande beneficiado tem sido o setor das aplicações financeiras, pois a apreciação da moeda, combinada com a maior taxa de juros real do mundo, tem estimulado as operações de arbitragem no mercado financeiro. Isto porque os aplicadores internalizam seus dólares, vendendo-os a uma determinada cotação, aplicam os reais obtidos no mercado financeiro e, ao final do processo, além de auferirem os ganhos financeiros, na hora da recompra ainda se beneficiam de um dólar cotado nominalmente a um preço mais baixo.

A queda nominal do dólar, aliada a uma alta taxa de juros internos, também favorece todos aqueles que têm dívidas em dólar, uma vez que diminui o débito em reais. Como decorrência, estimula o aumento do endividamento externo, especialmente de curto prazo, além de favorecer os empréstimos intercompanhias.

Índices das taxas de câmbio real e efetiva real — 2002/07

PERÍODOS	DEFLATOR IPA		DEFLATOR IPC	
	R\$/US\$ (1)	R\$/Cesta de 13 Moedas (2)	R\$/US\$ (1)	R\$/Cesta de 13 Moedas (2)
2002	124,5	111,7	113,7	101,7
2003	104,4	101,5	107,6	103,2
2004	93,8	95,1	98,9	99,2
2005	78,2	79,9	80,3	81,1
2006	71,5	74,8	72,1	73,4
Abr./07	66,7	71,9	66,4	70,6

FONTE: Funcex.

NOTA: Os dados têm como base 2003 = 100.

(1) Índice da taxa de câmbio real. (2) Índice da taxa de câmbio efetiva real.

Teresinha Bello (FEE/CEES)

## Combate à AIDS: um dos objetivos do milênio

Dentre os 18 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, um está relacionado ao combate ao HIV/AIDS e tem como meta, até 2015, deter e começar a reverter a sua propagação. A análise dos dados mais recentes indica que tal meta dificilmente será alcançada, tanto pelo Brasil quanto pelo Rio Grande do Sul. Entre 1991 e 2005, a taxa de incidência de HIV/AIDS — número de casos novos dividido pela população —, no Brasil, aumentou muito, de 8,4 casos para 18,0 casos por 100.000 habitantes.

Desde 1991, o RS tem ocupado o terceiro lugar na incidência da doença, no País, com o aumento do número de casos concentrando-se em suas cidades maiores. Dos 19 municípios com mais de 100.000 habitantes do RS, todos apresentaram aumentos consideráveis nas taxas de incidência da doença no período analisado, notadamente os de Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Sapucaia do Sul. Já os que possuíam, em 2005, as maiores taxas absolutas eram Porto Alegre, Alvorada e Viamão.

O tratamento por intermédio de medicamentos subvencionados pelo Governo auxilia a controlar a doença, mas, sem um programa pró-ativo e agressivo, baseado numa estratégia que inclua também a prevenção e a defesa dos direitos humanos dos infectados, as metas não serão alcançadas.

Taxa de incidência de AIDS nos municípios com mais de 100.000 habitantes do RS — 1991 e 2005

MUNICÍPIOS	1991	2005
Alvorada .....	6,3	62,3
Bagé .....	0,8	4,9
Bento Gonçalves .....	0,0	30,3
Cachoeirinha .....	9,1	31,7
Canoas .....	7,9	27,0
Caxias do Sul .....	4,5	28,7
Gravataí .....	9,9	27,9
Guaíba .....	8,4	35,6
Novo Hamburgo .....	2,4	47,8
Passo Fundo .....	12,9	29,1
Pelotas .....	7,9	26,3
Porto Alegre .....	34,3	75,1
Rio Grande .....	7,5	42,5
Santa Cruz do Sul .....	0,0	14,4
Santa Maria .....	4,1	41,3
São Leopoldo .....	3,6	78,7
Sapucaia do Sul .....	1,9	37,3
Uruguaiana .....	8,5	40,8
Viamão .....	4,7	60,0
RS .....	7,7	31,0
BR .....	8,4	18,0

FONTE: FEE/CIE/NIS.

NOTA: Número de casos por 100.000 habitantes.

Ricardo Rossi da Silva Couto (FEE/CIE)

## Safra 2007/2008: Pronaf revela medidas mais flexíveis e abrangentes

A agricultura familiar vem mostrando desempenho mais que satisfatório ao longo dos últimos anos, chegando a participar com 10% do PIB nacional em 2003, segundo estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE-USP). Os resultados podem ser atribuídos, em grande parte, às políticas públicas voltadas para o setor, que vêm atuando através de medidas específicas e independentes das demais políticas agrícolas. Dentre elas, salienta-se o crédito disponibilizado por meio do Pronaf, que, para a safra 2007/2008, tem uma provisão de R\$ 12 bilhões para financiar as atividades da agricultura familiar, valor que representa um crescimento de 94% em relação ao montante efetivamente aplicado no ano anterior.

Entre outras medidas editadas para esta safra, encontram-se a redução das taxas de juros de 1% para 0,5% para produtores de renda mais baixa, o aumento nos limites de financiamento para produtores dos grupos A, B, C e D e a suplementação de recursos, na lei orçamentária de 2007, da ordem de R\$ 100 milhões para atividades de assistência técnica e extensão rural (ATER), cujo total somará cerca de R\$ 167 milhões. Esta última medida possibilitará um incremento no número de projetos com assistência gratuita e, por consequência, maior ingresso de agricultores de baixa renda no Pronaf. Contudo, a substancial mudança no Programa está no direcionamento dos recursos às unidades produtivas como um todo e não mais para a produção de uma ou de outra cultura específica.

Número de contratos e montante de recursos do Pronaf, por safra, no Brasil — 2002/2003-2006/2007

SAFRAS	CONTRATOS		MONTANTE	
	Número	Índice	Valor (R\$ 1 000)	Índice
2002/2003	904 214	100,00	2 376 466	100,00
2003/2004	1 390 168	153,74	4 490 478	188,96
2004/2005	1 635 051	180,83	6 131 601	258,01
2005/2006	1 913 043	211,57	7 611 929	320,30
2006/2007	1 456 824	161,11	6 223 301	261,87

FONTE: Bacen.

Bancoob.  
Bansicredi.  
Basa.  
BB.  
BN.  
BNDES.

NOTA: Dados atualizados pelo Bacen até jun./06; pelo Bancoob até maio/07; pelo Bansicredi até maio/07; pelo Basa até mar./06; pelo BB até maio/07; pelo BN até abr./07; e pelo BNDES até jul./06. Os últimos três meses estão sujeitos a alterações.

Elvin Maria Fauth (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras publicações em nossa Home Page  
[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

Carta de Conjuntura FEE

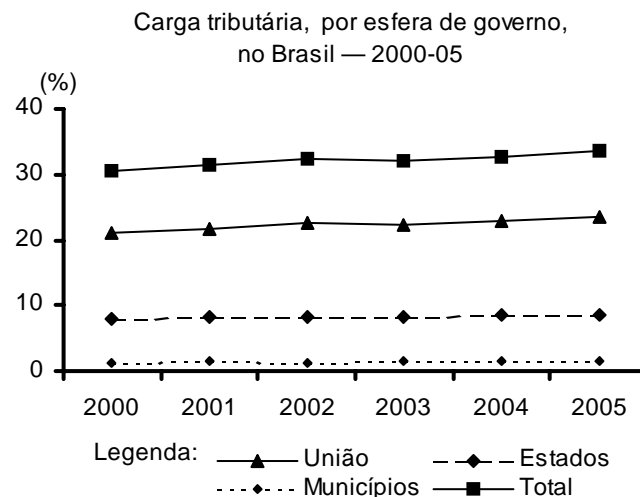
## O aumento das receitas e a carga tributária

A estratégia de ajuste do setor público no País, pelo menos desde 2000, tem-se baseado no aumento de arrecadação (devido tanto à elevação de alíquotas quanto à melhoria nos mecanismos de fiscalização), o que resultou num crescimento da carga tributária (total de tributos em relação ao PIB). Essa passou de 30,4% do PIB em 2000 para 33,7% em 2005, com expansão de 3,3 pontos percentuais (já considerando a nova série do PIB brasileiro com a mudança de metodologia feita pelo IBGE). Esse crescimento deveu-se, principalmente, ao incremento ocorrido nas receitas tributárias da esfera federal, que também é responsável pela maior parte dessa carga — cerca de 70% do total —, seguido pelo nas dos governos estaduais (26%) e, com menor participação, nas dos governos municipais (4%).

No ano de 2006, o recolhimento de tributos federais registrou uma elevação nominal de 10,3%, enquanto a atividade econômica cresceu num ritmo menor (o PIB obteve um crescimento nominal de 8,1% nesse ano), evidenciando um aumento da carga fiscal.

Já nos primeiros cinco meses de 2007, essa arrecadação subiu, em termos reais, 10,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Os tributos federais mais representativos no total recolhido, em termos de volume, são o Imposto de Renda, com 27%, e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com 17%, que obtiveram acréscimos de 13,8% e 5,5%, respectivamente, nesse período. Esses

resultados parciais, para o nível federal, revelam que a tendência é a de que a carga tributária continuará subindo, com o Governo mantendo a mesma política para a área fiscal.



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Receita Federal.  
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

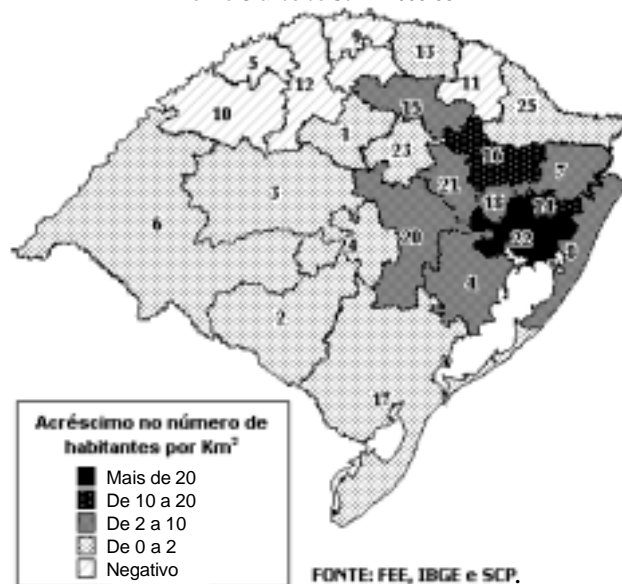
Isabel Rückert (FEE/CEES)

## Crescimento populacional dos Coredes do Rio Grande do Sul entre 2000 e 2006

As estimativas populacionais de 2006, quando comparadas aos dados do **Censo Demográfico 2000**, mostram que os Coredes com maiores crescimentos no número de habitantes por km<sup>2</sup> foram o Vale do Rio dos Sinos, com um acréscimo de 96,4 habitantes por km<sup>2</sup> entre 2000 e 2006, o Metropolitano Delta do Jacuí (31,1 habitantes por km<sup>2</sup>), o Serra (14,2 habitantes por km<sup>2</sup>) e o Paranhana-Encosta da Serra (14,0 habitantes por km<sup>2</sup>). A escolha da densidade demográfica como indicador do crescimento demográfico, ao invés da tradicional taxa de crescimento anual deve-se à opção de enfatizar o volume e a concentração do crescimento em lugar do acréscimo populacional relativo. No mapa, pode-se ver claramente a expansão da concentração populacional dos Coredes Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos em direção aos Coredes circunvizinhos. Quando se analisa o crescimento da densidade demográfica dos municípios, verifica-se que os maiores aumentos de habitantes por km<sup>2</sup> ocorreram em Alvorada (407 habitantes por km<sup>2</sup>), Cachoeirinha (271 habitantes por km<sup>2</sup>), Esteio (225 habitantes por km<sup>2</sup>), Canoas (218 habitantes por km<sup>2</sup>) e São Leopoldo (209 habitantes por km<sup>2</sup>).

Os Coredes onde houve diminuição na densidade demográfica foram Médio Alto Uruguai, Missões, Fronteira Noroeste, Rio da Várzea e Nordeste e Noroeste Colonial. Esses dados indicam que a tendência verificada nas últimas décadas de fluxos populacionais oriundos do norte do Estado com destino aos Coredes Vale do Rio dos Sinos, Metropolitano Delta do Jacuí e Serra continua ocorrendo.

Acréscimo no número de habitantes por km<sup>2</sup>, por Corede, no Rio Grande do Sul — 2000-06



Legenda: 1. Alto Jacuí; 2. Campanha; 3. Central; 4. Centro-Sul; 5. Fronteira Noroeste; 6. Fronteira Oeste; 7. Hortênsias; 8. Litoral; 9. Médio Alto Uruguai; 10. Missões; 11. Nordeste; 12. Noroeste Colonial; 13. Norte; 14. Paranhana-Encosta da Serra; 15. Produção; 16. Serra; 17. Sul; 18. Vale do Cai; 19. Vale do Rio dos Sinos; 20. Vale do Rio Pardo; 21. Vale do Taquari; 22. Metropolitano Delta do Jacuí; 23. Alto da Serra do Botucaraí; 24. Jacuí Centro; 25. Campos de Cima da Serra; 26. Rio da Várzea.

Maria de Lourdes Jardim (FEE/CIE)

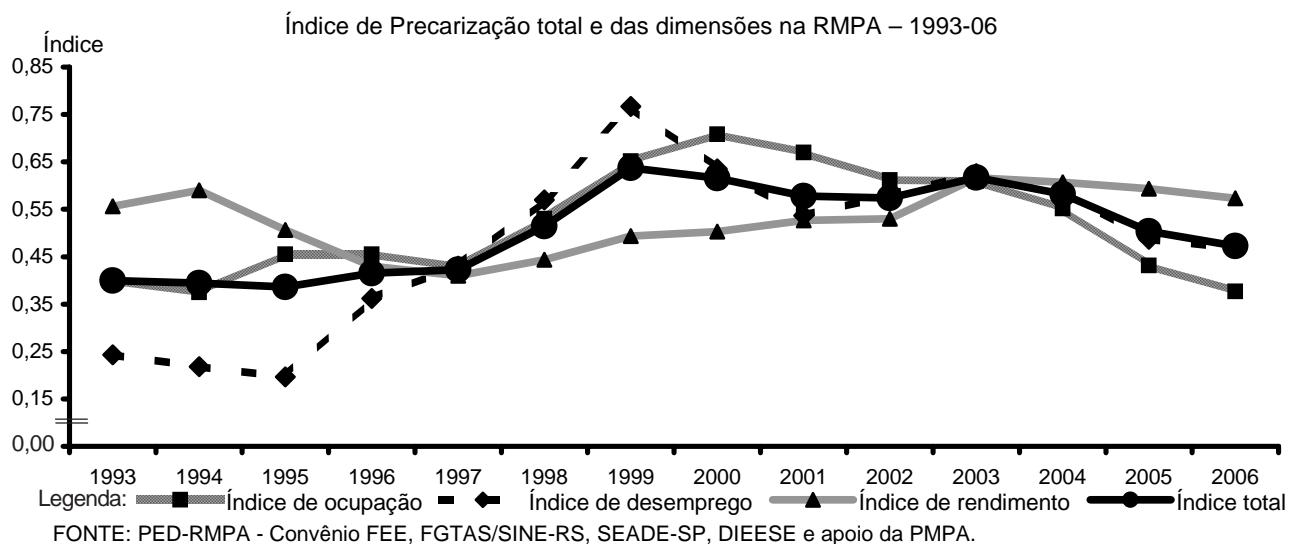
## Trabalho e precarização na RMPA: dos anos 90 a 2006

No Brasil, as transformações no trabalho associadas à reestruturação produtiva iniciada na década de 90 imprimiram alterações substantivas e impactos diferenciados no mercado de trabalho. Nesse contexto, enquanto análises sobre o mercado de trabalho nos anos 90 apontavam a precarização do trabalho como a marca prevalente, estudos sobre a década atual indicam um cenário mais favorável, de reversão dessa precarização. Para examinar essa questão, analisa-se o comportamento do mercado de trabalho no período 1993-06, com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), com o objetivo de apreender o sentido predominante na evolução desse mercado, no decorrer do período. A análise é realizada com base em um indicador-síntese — Índice de Precarização (IP) —, que abarca uma multiplicidade de aspectos do mercado de trabalho, contemplando uma gama de indicadores vinculados às dimensões **ocupação** (percentual de trabalhadores legalmente contratados e de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência e tempo médio de permanência no trabalho), **desemprego** (taxas de desemprego total e dos chefes de domicílio e tempo médio de procura por trabalho) e **rendimentos do trabalho** (rendimento médio real por hora e Índice de Gini). Os valores do IP variam de zero a um, de modo que seu crescimento significa deterioração das condições do mercado de trabalho, e sua queda revela melhora de tais condições.

Analisando-se a evolução do Índice de Precarização através do gráfico, constata-se que o mercado de trabalho da

RMPA sofreu um processo de deterioração, expresso no fato de que o valor do IP total (0,47), ao final do período em foco, situava-se acima do inicialmente verificado (0,40). Tal resultado foi fortemente influenciado pelo comportamento do Índice na primeira metade do período, entre 1993 e 1999, quando a marca foi a progressiva precarização das condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. O desempenho adverso dos índices referentes às dimensões desemprego e ocupação definiu, preponderantemente, esse desfecho, uma vez que o índice do rendimento mostrou comportamento positivo nesse subperíodo (0,46 em 1993 e 0,39 em 1999).

Na parte restante do período, que abrange a presente década, muda a direção da linha tendencial do IP, refletindo melhores condições do mercado de trabalho. Esse resultado decorreu da evolução mais favorável dos índices das dimensões ocupação e desemprego, pois o indicador do rendimento, ao contrário do ocorrido nos anos 90, se elevou de forma continuada em quase todo este último período. Assim, inverte-se o comportamento do IP delineado nos anos 90, tendo seu valor declinado de 0,64 em 1999 — o pico mais elevado — para 0,47 em 2006. Cabe ressaltar, todavia, que o melhor desempenho da maior parte dos indicadores do mercado de trabalho na presente década não se revelou suficiente para contrabalançar a deterioração do mercado de trabalho havida no decorrer da passada.



Miriam De Toni (FEE/CPED)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 02.07.07).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística  
 Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Adelar Focchezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Miriam De Toni e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidônia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.